



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

ATA DE REUNIÃO
DA CPAD, DIRETOR DO DDI E CHEFE DO MUSEU
DATA: 05/12/2023 às 14h

Participantes	Cargo/Função
Roberto Hailton Santos da Silva	Analista – Membro da CPAD
Wilton Luiz Lobato Nunes	Chefe do Serviço de Processamento de Documento – Membro da CPAD
Yasmim Ferreira da Silva	Chefe da Divisão de Arquivo – Membro da CPAD
Álvaro Rogers Cardoso Alvão	Coordenador de Aplicações da Informática – Membro da CPAD
Marly Solange Carvalho da Cunha	Analista - Historiadora – Membro da CPAD
João Fernando da Cruz Farias	Auxiliar Judiciário - Bacharel em Direito – Membro da CPAD
Marinalva Santa Rosa	Auxiliar Judiciária – Membro da CPAD
Antônio Costa Torres	Auxiliar Judiciário – Historiador – Membro da CPAD
John Charles Nogueira Barbosa	Arquivista – Membro da CPAD
Isan Cunha da Silva Filho	Auxiliar Judiciário – Membro da CPAD
Rodolfo Silva Marques	Diretor do Departamento de Documentação e Informação
Claikson Mendonça Duarte	Chefe do Museu Judiciário
Assuntos Discutidos	
Apresentação do arquivista John Charles em Power Point sobre a Gestão de Documentos e o seu Ciclo Vital. Diferenças entre arquivos correntes, intermediários e permanentes. Arquivo	



permanente e suas características. Definição de gestão documental como feita apenas nos arquivos correntes e intermediários, e RDC-Arq para os arquivos permanentes.

CPAD informa que uma publicação no Portal da Memória, na pasta "Posse dos Presidentes", contém informações equivocadas e não seguem as normas da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística). Pede a exclusão pois antes de uma publicação deve ser feito um trabalho de pesquisa, levantamento e seleção dos termos históricos, entre outros procedimentos fundamentais e importantes.

CPAD não tem condições de acumular a avaliação documental com a gestão e planejamento então sugere a criação de um grupo de trabalho apenas para o Arquivo Permanente.

Assim como foi falado na reunião anterior com os secretários, será feita uma proposta de reformulações de portarias e resoluções com a revisão das competências para a alta gestão do TJ/PA. E propor também a criação de um espaço próprio para a guarda da documentação permanente e acesso ao público externo.

Colocar todo o cenário atual de limitação do trabalho da CPAD para possíveis melhoras. E mostrar que um avanço nos trabalhos só pode ser feito caso se tenha recursos disponíveis.

É preciso ter um alinhamento com o setor de informática para a inserção de documentos no RDC-Arq porque atualmente a Comissão não possui condições de inseri-los de acordo com os termos técnicos e arquivísticos estabelecidos.

O Chefe do Museu compreende e ratifica o cenário deficitário devido a uma limitação do número de servidores e falta de estrutura para focar em todas as áreas de atuação. Inclui também uma necessidade de reestruturação física como a criação de cargos por concurso público ou até mesmo por cessão a fim de que se tenha uma equipe para a Avaliação Documental e outra para o Arquivo Permanente. Cita também a revisão de normativos com a redefinição de competências de todas as áreas.

Possibilidade de um grupo de trabalho com membros da alta gestão administrativa para que questões primordiais como objetivos e recursos a serem alocados na estrutura do Arquivo Regional tenham maior facilidade de serem alcançados pelo contato direto com a Presidência.

Com a cobrança de alguns itens do prêmio CNJ de Qualidade é essencial o trabalho conjunto com a Secretaria de Informática pois a execução de todos esses itens não depende apenas da CPAD. Inclusive é proposto um curso para a capacitação de todos os servidores e colaboradores envolvidos nesse trabalho como por exemplo, o RDC-Arq, que precisa de conhecimentos específicos para o seu funcionamento.

Está sendo feito um organograma para a definição específica e clara da competência de cada grupo com o intuito de distribuir melhor as funções e que cada um seja responsabilizado por cobranças futuras.

Os membros da CPAD pedem uma melhora na estrutura, organização do ARB e apoio do Diretor do Documentação e Informação para o atendimento das demandas e que Museu, Biblioteca e Arquivo atuem em uma só frente e com a mesma importância.

O Diretor de Documentação e Informação indica que haverá um concurso público do Tribunal de Justiça no 2º semestre de 2024 com a possível colocação de vagas para profissionais no Arquivo de Belém pois hoje não há cargos vagos para compor. Com relação a estrutura, indica também a construção de um prédio próprio mais perto e estruturado para o ARB, na avenida Augusto Montenegro, ainda na gestão da desembargadora Nazaré Gouveia.

O Chefe do Museu afirma que as publicações feitas no RDC- Arq eram feitas pelas servidoras Joice e Marcia.



TJPAMEM202431736



É solicitado que se entre em contato com o setor de Informática para que apenas quem tenha competência possa fazer publicações no RDC-Arq e que outros usuários sejam excluídos ou tenham alguma restrição.

Será feito um levantamento de dados para o pedido de curso de capacitação no RDC-Arq.

Também é importante mostrar para a Administração que é necessário um grande trabalho antes da digitalização dos documentos permanentes, como a troca de caixas de plástico por papelão, higienização, acondicionamento em local adequado etc.

Agradecimento a todos os presentes e encerramento da reunião.

